



Ministério Do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
Comissão Intergestores Tripartite/CIT

33ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite do SUAS

Ata da ordem do dia 4 de setembro de 2025

Brasília/DF

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E
COMBATE À FOME**
Comissão Intergestores Tripartite - CIT

Ata da 33ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite - CIT

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Anexo A, 1º Andar. Brasília/DF

Local Virtual: Plataforma Zoom

Data: 04/09/2025

1 No quarto dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco realizou-se a 33ª Reunião
2 Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite – CIT do Sistema Único de Assistência Social –
3 SUAS, sob a Coordenação da Diretora do Departamento de Gestão do SUAS da SNAS, Senhora
4 Clara Carolina de Sá. Estiveram presentes as(os) seguintes membros: Regis Aparecido Andrade
5 Spíndola, Diretor do Departamento de Proteção Social Especial da SNAS; Edilson Tavares de
6 Araújo, Diretor do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS da SNAS; Márcio
7 Fernandes Maurício, Diretor do Departamento de Operações da Secretaria Nacional de Renda de
8 Cidadania; Caroline Augusta Paranayba Evangelista, Diretora do Departamento de Benefícios da
9 Secretaria Nacional de Renda de Cidadania; Ana Gabriela Filippi Sambiase, Coordenadora-Geral de
10 Gestão de Processo de Cadastramento da Secretaria de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro
11 Único; Cyntia Figueira Grillo, Secretária de Estado do Espírito Santo/ES; Tânia Soares de Souza,
12 Secretária de Estado de Roraima/RR; Rogerio Helias Carboni, Secretário Estadual do Paraná/PR;
13 Penélope Regina Silva de Andrade, Secretária Municipal de Surubim/PE; Fabiana Ramos da Cruz
14 Cardozo, Secretária Municipal de Joinville/SC; Hélio Ricardo Pereira Batista, Secretário Municipal
15 de Quatis/RJ; Valdiosmar Vieira Santos, Secretário Municipal de Campo de Brito/SE; Vandecleya
16 Elvira do Carmo Silva Moro, Secretária Municipal de Campinas/SP; Magali Pereira Gonçalves
17 Constato Basile, Secretária Municipal de Campo Limpo/SP; Luciana Vieira Marques Viana,
18 Secretária Municipal de Cedro/CE; Rafaelly Machado, Representante do Conselho Nacional de
19 Assistência Social – CNAS pelo Movimento Nacional da População de Rua de Alagoas – MNPR/AL;
20 Aramildo Baesso, Diretor do Departamento de Benefícios Assistenciais; Márcia Pádua Viana; Luis
21 Fernando Xavier de França; Danielle Cantanhede; Cristiana Oliveira; Selma Melo; Celia Melo;
22 Valdirene Valtriani; Felipe Landim; Heloiza Egas; Cinthia B. S. Miranda; Sueneide P. de Araujo;
23 Adriano Gomes de Oliveira; Wiler de Paula Dias; Tatiane Magalhães; Francielle Amarante;
24 Itanamara Guedes; Diarlan Torres; Fábio Lobo; Luziele Tapajós; Magdalena Queiroz; Renan Alves;
25 Paula Goes; Mallon Aragão.

Abertura: A Senhora Clara Carolina de Sá, Diretora do Departamento de Gestão do SUAS da SNAS, iniciou a 33ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite – CIT do Sistema Único de Assistência Social – SUAS cumprimentando a todas(os) as(os) presentes. Inferiu que seria realizada a reunião de forma híbrida, tendo em vista a participação do Fórum Nacional de Secretários(as) de Estado da Assistência Social - FONSEAS, e registrou a participação, de forma remota, da Senhora Cyntia Figueira Grillo, Senhora Tânia Soares de Souza e Senhora Patrícia Elias. Informou também que o Secretário Nacional de Assistência Social, Senhor André Quintão, se encontra em uma agenda em Minas Gerais, acompanhando o presidente. Adiante, foi realizada uma saudação por parte das presidentes do FONSEAS e CONGEMAS, Senhora Cyntia Figueira Grillo e Penélope Regina Silva de Andrade, respectivamente. Posteriormente, a Senhora Clara Carolina de Sá pontuou que a pauta para a 33ª reunião Ordinária foi fechada, de forma integral, com os membros e integrantes da CIT, e houve apenas um ajuste em relação ao item que trata sobre o Programa Bolsa Família, no que tange às questões da revisão cadastral, que será inserida como item da pauta. Em seguida, passou-se ao item: Agenda da nova regulamentação do Benefício de Prestação Continuada - BPC (Convidado: Senhor Amarildo Baesso, Diretor do Departamento de Benefícios Assistenciais). Aberto às considerações, a Senhora Clara Carolina de Sá ressaltou que está acompanhando, juntamente à Secretaria Nacional de Assistência Social, todos os impactos e fazendo um diálogo muito de perto com tudo que tem se desdobrado acerca dessa temática. Após, a Senhora Luciana Vieira Marques Viana, Secretária Municipal de Cedro/CE, considerou que o tema mexe profundamente com a condição social, econômica e mental de toda população que é acompanhada pela comissão. Ponderou também que a maioria do recurso que chega aos municípios de pequeno porte 1 e 2 são Bolsa Família e BPC, e isso ajuda a manter a economia local e de milhares de famílias. Sendo assim, são definidos prazos para realização das avaliações, porém os beneficiários não possuem condições de ir até as cidades que foram designadas para essa atividade, o que sobra para a demanda da Assistência Social desses municípios. Seguidamente, o Senhor Hélio Ricardo Pereira Batista, Secretário Municipal de Quatis/RJ, pontuou que falta ao DBA trazer à realidade para as discussões, pois esse é um tema que não é vivido da forma como é apresentado no papel. Reforçou também que na ponta o CRAS e CREAS passam a ser uma subagência, mal qualificada, da Caixa Econômica Federal. Sendo assim, sugeriu que seria importante discutir a flexibilização de alguns recursos, tendo em vista que a questão relacionada à vulnerabilidade dos beneficiários não diz respeito apenas aos CRAS e CREAS, tampouco somente das Políticas de Assistência Social. Adiante, o Senhor Valdiosmar Vieira Santos,

57 Secretário Municipal de Campo de Brito/SE, pontuou que falaria, ao governo, em nome de todos os
58 municípios que estavam presentes, que o Benefício de Prestação Continuada - BPC é um produto da
59 Assistência Social, pois nasceu na Constituição Federal com a política pública da assistência. Pontuou
60 também que existe uma grande preocupação sobre quem realiza a gestão desse benefício, que até
61 então está a cargo da Secretaria Nacional de Assistência Social. Posteriormente, a Magali Pereira
62 Gonçalves Constató Basile, Secretária Municipal de Campo Limpo/SP, considerou que não existem
63 planos para que seja realizado o que é necessário para a Assistência Social, tendo em vista que nunca
64 há recurso disponível. Em seguida, a Senhora Rafaelly Machado, Representante do Conselho
65 Nacional de Assistência Social – CNAS, sugeriu que possa ser realizada uma reunião entre o CNAS,
66 CEAS, CONGEMAS, CONADE e CIT, a fim de debater e discutir sobre a autonomia do Benefício
67 de Prestação Continuada - BPC. Pontuou também que o DBA precisa entender sobre gestão
68 compartilhada, pois o benefício é de responsabilidade do CNAS. Ato contínuo, a Senhora Cyntia
69 Figueira Grillo, Secretária de Estado do Espírito Santo/ES, inferiu que a CIT é um espaço para que
70 se possa dialogar e debater nas três instâncias de governo, colocando cada uma os seus desafios,
71 especificidades e as contribuições para que o processo seja mais leve para todos, e um resultado
72 positivo para a população. Reforçou, observando por outra ótica, os municípios não possuem
73 condições e não suportam mais a obrigatoriedade da forma como está constituído. Após, a Senhora
74 Célia Melo ponderou que a Assistência Social é uma política do Sistema de Segurança Social do país
75 que é responsável pela oferta de serviços, programas, projetos e benefícios. No entanto, o BPC é um
76 dos principais benefícios dessa política de Assistência Social, pois se encontra até mesmo na
77 Constituição Federal. Finalizou sugerindo que, após 32 anos, seja trabalhado um comitê para discutir
78 e enfrentar o debate sobre a temática. Seguidamente, a Senhora Fabiana Ramos da Cruz Cardozo,
79 Secretária Municipal de Joinville/SC, considerou que não adianta encaminhar recurso pontual sem
80 que haja sustentabilidade, pois se não houver a possibilidade de articular na ponta, será um recurso
81 desperdiçado. Ressaltou também a importância de conversar, ajustar e alinhar a gestão do Governo
82 Federal sobre esse tópico, para que seja otimizado aos beneficiários. Adiante, o Senhor Amarildo
83 Baesso, Diretor do Departamento de Benefícios Assistenciais, reforçou que o Presidente Lula tem se
84 esforçado para garantir todos os direitos aos beneficiários. Ponderou que pode ser realizado um debate
85 sobre os processos, mas avalia até que ponto essa discussão deve ser realizada no âmbito da CIT, pois
86 é uma responsabilidade do Governo Federal operacionalizar o benefício. Posteriormente, a Senhora
87 Clara Carolina de Sá enfatizou sobre o projeto político e de gestão do SUAS para o BPC, pois não

88 pode ser encaminhado nenhum desdobramento da reunião sem que seja realizado um encontro
89 executivo com o Conselho Nacional de Assistência Social, pois precisa constar no projeto. Também
90 inferiu sobre a incidência do colegiado na regulação do tema, pois é uma pauta urgente e legítima.
91 Como encaminhamento, foi sugerida a realização de uma reunião, considerando o Conselho Nacional
92 de Assistência Social - CNAS e CIT, para pensar estrategicamente como se dará a agenda de
93 incidência regulatória e até onde é possível ir às questões estruturantes. Em seguida, avançou-se ao
94 item: Apresentação do Programa de Articulação e Fortalecimento de Rede Socioassistencial do
95 Sistema Único de Assistência Social - Aprimora Rede Mais (Convidado: Senhor Edgilson Tavares
96 de Araújo, Diretor do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS da SNAS). Após a
97 apresentação, o Senhor Edgilson Tavares de Araújo, Diretor do Departamento da Rede
98 Socioassistencial Privada do SUAS da SNAS, realizou a leitura da minuta de resolução que pactua
99 acerca da instituição do Programa Nacional de Articulação e Fortalecimento da Rede
100 Socioassistencial do SUAS, a Aprimora Rede Mais, e acerca das estratégias operacionais relativas à
101 sua coordenação, implementação, o eixo de atuação, estrutura dos núcleos de apoio e organização em
102 sociedade civil, de assistência social, expansão e responsabilidade da união dos estados e dos
103 municípios. Aberto as considerações, o Senhor Edgilson Tavares de Araújo ressaltou que deve ser
104 realizada a correção da redação no artigo 14, informando que o financiamento não será de recursos
105 exclusivamente do Fundo. Ato contínuo, a Senhora Clara Carolina de Sá inferiu que após a alteração
106 na redação, que o documento possa ser encaminhado ao CONGEMAS e FONSEAS para se todos
107 possuem o mesmo entendimento quanto ao texto, para que possa ser realizado o processo de
108 publicação da resolução. Após, o Senhor Regis Aparecido Andrade Spíndola, Diretor do
109 Departamento de Proteção Social Especial da SNAS, pontuou sobre o artigo 7, sugerindo, quando
110 informado acerca da atuação dos núcleos que será prioritariamente relacionada aos territórios
111 conhecidos nas “cidades do interior”, que seja substituído por “nos municípios de pequenos portes”,
112 pois obviamente as cidades na região metropolitana ficariam fora se na redação for
113 mantida. Seguidamente, em regime de votação e não havendo mais nenhuma consideração por parte
114 das(os) conselheiras(os) e representantes presentes, a resolução foi aprovada à unanimidade. Adiante,
115 passou-se ao item: Informes. Com uso da palavra, a Senhora Caroline Augusta Paranayba
116 Evangelista, Diretora do Departamento de Benefícios da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania,
117 apresentou os informes acerca da revisão cadastral - processo atual. Posteriormente, a Senhora
118 Itanamara Guedes Cavalcante, Representante da Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, inferiu

algumas considerações sobre o IGD e suas condicionalidades. Como encaminhamento, foi proposto que a temática possa ser inserida como um ponto de pauta para a próxima reunião ordinária da CIT. Seguidamente, o Senhor Regis Aparecido Andrade Spindola, Diretor do Departamento de Proteção Social Especial da SNAS, repassou algumas informações importantes referentes ao retorno de outras reuniões realizadas pela CIT: Processo de retomada da discussão da regionalização e outras estratégias de ampliação da proteção social nos municípios de porte pequeno; Câmara Técnica de Refugiados; GT de Alta Complexidade, que foi instituído no âmbito da CIT que continua seus trabalhos; Live de lançamento do curso Emergência de Assistência Social, que acontecerá no dia 8 de setembro de 2025. Adiante, o Senhor Márcio Fernandes Maurício, Diretor do Departamento de Operações da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, informou que as datas para os seminários estaduais programados já foram definidas, sendo elas: Dias 15, 16 e 17 de setembro de 2025 - Rio Grande do Sul; Dias 30 de setembro e 1º de outubro de 2025 - Maranhão; Dias 15 e 16 de outubro de 2025 - Roraima; Dias 12, 13 e 14 de novembro de 2025 - Bahia. Posteriormente, as(os) conselheiras(os) deliberaram pela data de 6 de outubro de 2025 para ser realizada a próxima reunião da Comissão Intergestores Tripartite – CIT do Sistema Único de Assistência Social – SUAS. **Encerramento:** Não havendo mais assuntos a serem tratados, a Senhora Clara Carolina de Sá encerrou a 33ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite – CIT/SUAS, agradecendo a presença de todas(os).

André Quintão

Secretário Nacional de Assistência Social

Brasília/DF

Setembro de 2025